



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2014

Ata n.º 8

Aos dezanove dias do mês de Março do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de seis de Março, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança;

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento - 2014; --

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento contínuo de óleos lubrificantes, hidráulicos e outros, até ao limite de 23.800,00€ + IVA; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de gás GPL a granel para depósito, canalizado ou butano e propano em garrafas para abastecimento de edifícios municipais; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e serviços auxiliares, no município de Albufeira; -----

PONTO SEIS: Tomada de conhecimento dos mapas de acompanhamento do PAEL, conforme estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (membro suplente PSD), José Galdes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Miguel Alexandre Correia Mesquita (membro suplente PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os



Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. ---

Faltas: Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo e Maria Eugénia Xufre Baptista. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelos membros Rui Bernardo e Eugénia Baptista, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva e Miguel Alexandre Correia Mesquita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando Anastácio, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Marlene Silva, Ana Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão colocando à consideração dos membros da Assembleia, antes do período de intervenção do público, a tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, uma vez que alguns membros terão de se deslocar para fora de Albufeira. Não havendo inconveniente por parte dos membros da assembleia, a Primeira Secretária começou a fazer a chamada dos elementos que iam tomar posse (Doc.1 anexo a esta acta). -----

O Presidente da Assembleia agradeceu a todos os que vieram tomar posse e deu início ao período destinado ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Fátima Custódio: "Muito boa noite, permitam-me saudar todos os pais presentes neste dia que nos relembra a responsabilidade de cada pai. Estou aqui como educadora, estou aqui como mãe e encarregada de educação de dois alunos do secundário de Albufeira e venho também na qualidade de presidente da FRAPAL. " (Apresenta e lê documento n.º 2 anexo a esta acta). "Gostaria de recordar os senhores deputados que a educação é um problema de todos nós mas não podemos olhar para ela como a ida à escola levar os nossos filhos, a entrada na escola como professores ou a mera responsabilização que a câmara aceita protocolarmente com o Ministério da Educação ou com as responsabilidades que advenham do ministério ou da segurança social. Devemos olhá-la como algo que pode ser construído e feito com a opinião de todos, com a sensibilidade de todos e com a experiencia de todos. Aguardamos, muito ansiosamente, que o Conselho Municipal da Educação reúna, para mais uma vez podermos dar exemplos e algumas ideias para ultrapassar questões como uma casa de banho aberta para oitocentos alunos, numa das escolas de Albufeira. Essa mesma escola sem porteiros à porta, estão lá oitocentos alunos, é preciso dar a volta a isto. Aceitar que o município



esteja só a cumprir com os apoios financeiros com que se responsabilizam é pouco, gostaríamos de ter o município presente não só nos conselhos gerais, quando funcionam, mas também presentes quando há que decidir quais os cursos que vão ser destinados para que os nossos filhos se inscrevam nos anos seguintes. O futuro dos nossos filhos é o futuro de Albufeira." -----

Maria do Carmo Francisco: "Muito boa noite. Tenho um comércio tradicional na baixa de Albufeira, um pronto-a-vestir. A crise em si deixa-nos em dificuldades; estamos a viver momentos muito difíceis e o problema aqui é o comércio que se faz nas bancas da baixa de Albufeira. O meu comércio é de pronto a vestir e existem bancas na baixa a venderem o mesmo artigo que eu a preços muito mais baratos do que eu. E enquanto eu pago a renda, pago impostos, pago a segurança social, água, luz, tudo, as bancas pagam uma quantia insignificante. E eu sinto que, realmente, em relação ao meu trabalho, ao meu comércio é uma concorrência desleal. As bancas estão isentas de pagamentos de impostos e eu pago os meus impostos, que não são poucos. Alguém perto da minha loja vende roupa, que fornece-se nos mesmos sítios que eu me forneço, e pode vender todas essas peças a preços muito mais baixos do que eu. E eu pago mil e tal euros de renda e ela paga menos de cinquenta euros pela banca. É uma situação que me preocupa porque estamos a passar por muitas dificuldades e pedimos às pessoas competentes que tomem conhecimento destas situações porque assim é muito complicado para nós conseguirmos superar as nossas dificuldades. Outra situação é a iluminação na baixa de Albufeira, que este inverno foi assustador. Tivemos de fechar as nossas portas antes das dezoito horas porque a luz que existia na baixa de Albufeira era a luz dos comércios que estavam abertos. Actualmente vejo pessoas com um cartão, não sei se é da câmara ou de alguma instituição, a venderem nas ruas. Andam com os cartões pendurados, a venderem relógios, óculos, t-shirts, todo o tipo de roupa. Isto está a tornar-se insustentável e nós precisamos muito da vossa ajuda, que façam alguma coisa pelo comércio de Albufeira." -----

Vitor Santos: "Boa noite a todos. O meu assunto é o mesmo. Queria saber se alguma vez a Câmara de Albufeira fez um estudo sobre o comércio de Albufeira. Gostava de saber se sabem quantos lojistas existem em Albufeira, quantas bancas e o que vendem. Quero saber qual é o critério que a Câmara de Albufeira tem neste momento para passar licenças a vendedores de porta a porta. Quero saber, também, quais são os produtos que os vendedores de porta a portas não podem vender. Houve pessoas que chamaram a GNR, houve vendedores que foram identificados e esses vendedores têm um cartão passado pela Câmara Municipal. Eu pergunto: o que é que a Câmara de Albufeira quer fazer do centro de Albufeira? O centro de Albufeira do dia trinta e um de Outubro até quinze de Março é um zero. E depois aparecem uma série de "aves



raras" que vão vender aos turistas, mesmo à porta das lojas. Vocês sabem a realidade, os senhores estão a criar um caos no centro de Albufeira." -----

Presidente da Assembleia: "No que diz respeito ao Conselho Municipal de Educação, este assunto não é competência da Assembleia Municipal a convocação e a sua dinâmica de trabalhos. Cumpre apenas à Assembleia Municipal, nos termos legais, deliberar sobre a sua constituição. A Câmara Municipal ainda não nos remeteu o pedido de deliberação sobre essa matéria e nós, Assembleia Municipal, não temos competência própria para fazer uma deliberação que não venha a pedido da Câmara Municipal. Quando o órgão Câmara Municipal nos enviar o pedido, como sempre, será agendada a respectiva Assembleia, e aí teremos a criação do Conselho Municipal com as respectivas regras de funcionamento. Como viu, hoje tomou posse o Conselho Municipal de Segurança. Este assunto da competência da assembleia, que deliberou sobre a sua constituição, sobre o seu regulamento e hoje houve a tomada de posse."-----

Fátima Custódio: "Essas perguntas são feitas aqui para que se dê conhecimento aos deputados da Assembleia Municipal, para que se faça acionar novamente o Conselho Municipal da Educação."-----

Mónica Guerreiro: "Eu tenho uma loja na baixa de Albufeira e não tenho dinheiro para pagar a licença da rua. Antes pagava cinco euros e agora passou para cinquenta e nove, pelo que consta. Em vinte comerciantes só dois ou três é que têm dinheiro para pagar a licença. Vocês têm de fazer alguma coisa para nos ajudar. Eu vendo bijutaria e artesanato e depois vendem também nas bancas bijutaria e artesanato. Eu vou a Espanha comprar e os vendedores das bancas vão aos mesmos sítios que eu comprar, e elas não apresentam factura, e eu tenho de apresentar factura. Assim, nós damos falência, com rendas para pagar de dois mil euros, assim não conseguimos, não conseguimos pagar a água, temos facturas em atraso, a luz pagamos também já em atraso, a esplanada não consigo pagar. E depois vocês aumentam os preços todos. Eu, de uma loja, pago quarenta euros de água; não faço lá comida, não faço lá nada. Qualquer dia os comerciantes fecham as portas e montam todos uma banca. Eu já estou no comércio há quase vinte anos e agora não consigo, por mais que me esforce a trabalhar quinze horas no verão, e todos os meus colegas da baixa também não. E depois é só lojas dos chineses. Mas aquilo é o quê? Nem fica bem para a cidade, parece que estamos no mercado. Assim não dá, eu estou a vender dez ou quinze euros e tenho uma loja de dois mil euros de renda para pagar. Se ajudam todos os emigrantes que vêm para cá, também têm de nos ajudar a nós. Têm mesmo de fazer alguma coisa pela baixa, senão qualquer dia já não há lá comércio." -----

Presidente da Câmara: "Começando pela dona Fátima, não lhe sei responder. Estamos aqui há poucos meses ainda, mas tenho aqui as suas perguntas e vou responder por



escrito. De qualquer forma está presente o Dr. Rolo que poderá dar um esclarecimento.” -----

Vice-presidente da Câmara: “O Conselho Municipal de Educação já reuniu algumas vezes, mas não me recordo da data da última reunião. Espero que, até ao final do ano lectivo, se realize uma próxima reunião do conselho.” -----

Presidente da Câmara: “Sobre o centro de Albufeira, eu desconheço por completo a situação de vendedores andarem de porta em porta com um cartão que, segundo a GNR terá dito, foi emitido pela câmara. Em relação à situação das bancas, fazem sentido as observações. Já tinha consciência dessa questão das lojas e o que se vende nas bancas. De facto, essa situação tem de ser ponderada, mas uma coisa é certa: não há, da parte da câmara, intenção de emitir mais licenças de venda ambulante sem ser aquelas que já existiam antes. Vamos ter de averiguar duas situações: o que é que se licencia, e depois ver se há cumprimento dessa licença. Os vendedores ambulantes também têm famílias, também têm os seus encargos e também pagam impostos. Têm de estar colectados. Poder-se-á dizer é que, talvez, não estejam devidamente controlados, mas isso é outra situação. De qualquer forma, as intervenções feitas sobre a baixa de Albufeira têm toda a relevância. Estou a ouvir falar pela primeira vez desses cartões dos vendedores de porta em porta, desconheço que sejam emitidos pela câmara, isso não existe. Em relação à outra questão dos impostos, nós, desde que estamos aqui há cerca de cinco meses e meio, não aumentámos qualquer taxa. Também vi na comunicação social que havia um aumento feito por esta câmara de oitocentos por cento, eu desconheço. As pessoas devem-se informar antes de dizerem as coisas. Há de facto um aumento, mas não decorreu de nenhuma deliberação da câmara, decorreu de uma alteração de Lei. Nós, executivo, sabíamos, tanto quanto os senhores, sobre a prática do aumento de impostos como veio na comunicação social. E aliás, não entrou em vigor apenas agora, já estava em vigor em dois mil e treze. Só que as pessoas que fizeram as renovações para o ano, fizeram-nas em dois mil e doze e houve apenas dois casos que não fizeram a renovação e só pediram a licença em dois mil e treze, pelo que já pagaram os valores a que hoje estão sujeitos, e de que hoje se queixam. Considero injusto fazerem as críticas sem saberem a quem dirigi-las. E nada melhor que as pessoas virem ter connosco para dizer aquilo que se passa porque só assim é que poderemos também ter esse conhecimento.” -----

Urânia Simões: “O que pretendo é complementar aquilo que foi dito pelos comerciantes que falaram. Não sou comerciante mas sou filha de um e houve questões que não foram mencionadas. Uma das questões passa pela segurança na baixa de Albufeira. Durante o período de inverno, a iluminação na baixa de Albufeira, sobretudo na Avenida Vinte e Cinco de Abril, que existe durante o verão é praticamente garantida pelos comerciantes. No inverno esses comerciantes tendo a porta fechada não existe



iluminação. Automaticamente, uma avenida, que é a principal entrada de Albufeira, ter dois ou três estabelecimentos abertos e o resto da avenida completamente às escuras, torna-se bastante difícil haver segurança nestas condições. Obrigando, nestas condições, os estabelecimentos a fecharem mais cedo e a, automaticamente, reduzirem aí a hipótese de poderem fazer mais algum dinheiro, que já é tão difícil durante o período de inverno. A segunda questão passa pelo licenciamento das bancas, que nada tenho contra, muito pelo contrário. Em todas as grandes metrópoles existem bancas de rua mas que focam principalmente o artesanato. E é isso que tem falhado na baixa de Albufeira porque vende-se tudo menos artesanato feito pelas pessoas. Há dois anos fiz um pedido a esta câmara para poder ter uma banca, um espaço para poder complementar o meu vencimento, e a resposta que me foi dada passou por eu já ter algum sustento e o licenciamento que era dado seria dado a pessoas que não têm forma de se sustentar. Acontece que há bancas na baixa de Albufeira que pertencem a pessoas que têm estabelecimentos na baixa de Albufeira. Portanto, essa pessoa, para além de ter um comércio tradicional, uma porta aberta, ainda se dá ao luxo de ter um licenciamento atribuído e vende o mesmo produto numa zona bastante favorecida. Não me parece que seja justo porque, se o objectivo é o artesanato e ajudar quem não tem como subsistir, então da parte da câmara deve haver maior rigor quando é feita a análise do IRS, verificar no caso de casais em que o estabelecimento está em nome do marido e é a mulher que está a pedir a licença, e o IRS supostamente tem de ser em conjunto, portanto existe essa informação. Também existem situações em que é atribuído o IRC do estabelecimento e, depois, efectivamente não declaram os vencimentos inerentes à licença que tiram, e quando fazemos o pedido de licenciamento obrigatoriamente temos de mostrar a abertura da actividade em nosso nome. Se vão mostrar uma actividade aberta mas referente a outro negócio já começa a haver aqui uma situação ilícita. E o que peço à Câmara Municipal de Albufeira é que haja mais rigor na atribuição das licenças e que haja um maior controlo durante o período do verão. Numa única banca, por incrível que pareça, há trespases e alugueres. Uma licença atribuída a uma pessoa, que supostamente tem de pedir autorização para ter um outro representante lá, cobram a uma outra pessoa que não conseguiu licença, um valor para que essa pessoa possa ter ali um espaço para vender. Numa única licença estão quatro ou cinco pessoas a trabalhar. E isto é vergonhoso acontecer. Aquilo que vos peço é um maior controlo, e o controlo não passa só no momento da atribuição da licença. Acho que é uma função que pertence à Polícia Municipal e deveriam passar com mais frequência. Não quero prejudicar as pessoas que lá estão, mas quem lá está supostamente tem de estar legal. Fica aqui a sugestão. Não devemos só apontar e criticar, mas sim tentar encontrar soluções. " -----



Presidente da Câmara: "Tomei nota do que foi dito. Irá ser feita uma fiscalização. Parece-me que existe uma falha de fiscalização." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

Terminada a leitura da correspondência o Presidente da Assembleia deu início ao Período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança; -----

Presidente da Assembleia: "Já foi dada posse a quase todos os membros. Se, entretanto, chegar mais algum membro do Conselho Municipal de Segurança, daremos a respectiva posse. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento - 2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, João Silva, Geraldês Simões, Soraia Morais, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para fornecimento contínuo de óleos lubrificantes, hidráulicos e outros, até ao limite de 23.800,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, João Silva, Geraldês Simões, Soraia Morais, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de gás GPL a granel para depósito, canalizado ou butano e propano em garrafas para abastecimento de edifícios municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, João Silva, Geraldês Simões, Soraia Morais, Miguel Mesquita, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário



Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e serviços auxiliares, no município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Relativamente ao ponto em causa temos uma posição que depois será manifestada numa declaração de voto. O Partido Socialista defende que a solução a adoptar, neste caso concreto, seria encontrar uma solução interna da câmara municipal. Nesse sentido, foi feita uma proposta, houve um estudo, entendemos que esse estudo poderia ter sido um pouco mais aprofundado e que, de facto, não nos dá muitas informações para que a decisão possa ser tomada. No entanto, houve uma deliberação do executivo camarário no sentido de aprovar a entrega destes serviços a uma empresa externa, com os fundamentos de que se estaria a poupar algum dinheiro, e que haveria alguma dificuldade na contratação de pessoal. Frisando esta mesma posição, seria uma melhor solução para o concelho de Albufeira. Outra vertente tem a ver com o concurso em si: o facto de ter sido tomada esta opção política, de entregar a prestação dos serviços a uma empresa exterior, o Partido Socialista nada mais fará do que acatar essa decisão e, porque entendemos que é fundamental que estes serviços de limpeza sejam assegurados, não irá com certeza tomar uma posição contrária e irá votar favoravelmente a admissão deste concurso. No entanto, realçará, que deve haver uma maior fiscalização no que diz respeito ao próprio concurso e, posteriormente, à actividade que essa empresa venha a realizar, tendo em consideração o que se verificou no passado, no concurso e contrato anteriores, que sofreu diversas vicissitudes: no que diz respeito ao cumprimento do contrato, no que diz respeito à actualização de preços, no que diz respeito às áreas que foram aumentadas, onde se verificou uma falta de fiscalização. Debatemo-nos com uma situação em que a empresa adjudicatária veio requerer dinheiro a mais por trabalhos e



porque pretendia fazer uma alteração dos preços em função da forma como estava no contrato. Nesta proposta de concurso não se verifica essa actualização de preços. Nesse sentido, mais uma vez, reafirmo que, embora a opção política seja diferente, a bancada do Partido Socialista não vai, de forma alguma, votar contra porque entende que é fundamental para a cidade termos uma cidade limpa, e que no fundo venha a aliciar todos os moradores e todos os visitantes." -----

José Pimenta: "Ao contrário da bancada do PS, que acha que estes trabalhos devem ser entregues a uma empresa exterior, nós, CDU, achamos que uma gestão feita pelo município será sempre melhor para as populações e também para os trabalhadores que irão desempenhar essas funções. Os serviços ficariam mais baratos e as populações estão mais perto para a resolução dos problemas. Estive a fazer contas e, se por acaso as minhas contas estiverem erradas, façam o favor de me corrigir, o valor que é pago pela câmara com iva incluído são catorze milhões e quinhentos mil euros, ou seja, para um período de três anos e meio, cada ano vai custar à câmara quatro milhões e cento e sessenta mil euros. Depois fiz contas relativamente ao ser a câmara municipal a gestora deste serviço e está à volta de dois milhões e duzentos mil euros. Há aqui uma diferença de um milhão e novecentos mil euros." -----

Adriano Ferrão: "Penso que essas contas não estejam a incluir todas as parcelas que deveriam incluir. Nós temos de chamar aqui a atenção que todos os concelhos que estão ligados a um turismo balnear têm características próprias e uma delas é a invasão de pessoas que se acrescenta à população residente. E, por isso, os serviços que estão dimensionados para a população residente, não chegam para a estação balnear. Albufeira torna-se dez vezes maior, o que implica uma elasticidade de serviços que não é complacente com o reduzido número de funcionários. Mais, os equipamentos hoje utilizados na recolha do lixo são equipamentos de uma tecnologia já bastante sofisticada, que requerem pessoal, também ele próprio, com qualificações e alguns conhecimentos técnicos. Neste momento, sabemos que, devido ao PAEL, não podemos contratar mais funcionários, e como não podemos contratar mais funcionários não podemos ter esses recursos humanos. Se calhar essas contas que foram feitas não são contas rigorosas tendo em conta o que acabei de salientar. Não nos podemos descuidar com a qualidade deste tipo de serviços, pelo conceito que se quer de Albufeira como capital do turismo do Algarve e que, sendo um destino turístico concorrente com outros destinos internacionais, tudo isso passa pelo olhar daquele que



nos visita e que leva lá para fora uma informação que nós queremos que seja a melhor. E para isso temos de ter serviços especializados, para que isso seja realizado." -----

José Pimenta: "Partilho que para a população e para quem nos visita temos de dar uma grande imagem de Albufeira. Temos o exemplo de quando a câmara tinha os trabalhadores camarários. Agora, toda a gente diz que os serviços eram melhores do que estão a ser agora." -----

Adriano Ferrão: " Não quero desonrar os funcionários camarários, antes pelo contrário, é uma mão-de-obra que se preza e que se deve qualificar, mas não é suficiente. Os serviços que se faziam nos anos sessenta ou setenta, agora é um bem-fazer diferente no século vinte e um, e requerem outro tipo de conhecimentos, outro tipo de aprendizagem." -----

Francisco Guerreiro: "Se bem me lembro, na altura de entregar estes serviços a uma empresa, eu votei contra por uma razão muito simples: porque considerava eu que a câmara fazia um bom trabalho. E fazia, sem dúvida nenhuma. Mas, com o passar dos anos e acompanhando como eu acompanhei a empresa, só tenho uma coisa a dizer: a empresa faz um belíssimo trabalho. Por outro lado, na altura, fiquei descontente por a Câmara Municipal assumir transferir para as Juntas Freguesia algum pessoal e isso não aconteceu. Então, mas para se andar pendurado no carro do lixo a pessoa tem de ter o nono ou o décimo segundo ano? Por amor de Deus, alguma coisa está errada neste país. Eu voto a favor porque nestes anos todos que acompanhei muito de perto a empresa, a empresa fez um belo trabalho." -----

José Pimenta: "Estes serviços de limpeza e recolha não começaram em mil novecentos e vinte. A empresa privada está desde o ano dois mil. E no ano dois mil Albufeira já era uma grande cidade. Se não é possível contratar trabalhadores, ponto final. Não era necessário isto estar a vir à assembleia. Para quê vir isto à assembleia se só temos duas hipóteses: ou temos serviços que são com a gestão da câmara ou são serviços com uma entidade externa? E isso não é verdade, a câmara pode fazer concurso para a admissão de trabalhadores." -----

Francisco Oliveira: "De facto não é impossível a contratação de trabalhadores. A contratação de trabalhadores, nesta fase, com as implicações legais que existem, exigem uma autorização do Ministro das Finanças. Portanto, tem de ir a ordem superior. No entanto, não é impossível essa contratação. Dos vários concursos que têm aberto para cantoneiros e para outras pessoas para fazerem pequenas limpezas na



câmara municipal, eles têm vindo desertos. Tem havido alguma dificuldade em conseguir contratar as pessoas. A questão, quanto a nós, era fazer um estudo mais aprofundado desta situação. Entendemos que poderia realmente ser gerido pelo município. Continuamos a dizer que o facto de ter sido optado por outra via, não nos cabe a nós inviabilizar o concurso, sempre na perspectiva de que o mesmo seja devidamente fiscalizado para evitar os problemas que aconteceram no passado." -----

Presidente da Câmara: "A ideia de que o serviço seja prestado pelo município, para mim também é mais simpática, mas a verdade é que, neste momento, não dispomos de recursos humanos suficientes para podermos fazer um bom serviço. Mesmo na hipótese de podermos contratar, essa eventual autorização teria de vir em tempo útil mas temos o verão à porta e temos de avançar com o procedimento. Os trabalhadores que estão ao serviço da empresa, e que já têm alguma especialidade na matéria, estão melhor preparados e existem em número suficiente e adequado para o serviço, coisa que o município estará, à priori, impedido de fazer. Nós até estamos obrigados a reduzir pessoal. E como sabem, hoje em dia, não é muito aliciante ir trabalhar para a função pública. Temos estudos técnicos que nos dizem que esta opção é mais racional, mais equilibrada e mais barata. Tivemos o cuidado de ampliar a área de intervenção pelo mesmo valor e também tivemos o cuidado de não ser imperativa a norma de termos os critérios subjacentes às revisões de preço. Temos, isso sim, a actualização de preços com os índices da inflação. Portanto, houve uma cautela muito grande, houve um grande trabalho feito pelos nossos técnicos e pelo Vereador aqui presente." -----

Vice-Presidente: "Só para complementar aquilo que foi dito. Acompanhei a cem por cento a feitura deste caderno de encargos do concurso, foi muito discutido com os técnicos. E havia duas questões em jogo, que era fazer a administração directa ou fazer com recurso a empresas privadas. Chegou-se à conclusão que a solução economicamente mais vantajosa seria a entrega a uma empresa privada. Foram acrescentados alguns pontos que não constavam anteriormente, nomeadamente, o corte das ervas nos recintos escolares, que é sempre um problema no início do ano lectivo. São coisas que estão devidamente explícitas. Queria referir que o senhor Pimenta deve ter tido um lapso nas contas porque não dá catorze milhões de euros, se desse esse valor, a câmara, com certeza, não tinha orçamento para tal. São cerca de onze milhões, como preço base, mais seis por cento de IVA. E os seis por cento dão setecentos mil euros. Portanto, dará cerca de doze milhões." -----



José Pimenta: "Nesse caso eu tinha feito as contas com vinte e três por cento. Neste caso, peço desculpa. Mas, mesmo assim, o valor que seria efectuado pela gestão camarária daria sempre um valor mais baixo. Ou seja, vamos pela solução mais fácil, que é entregar os serviços a uma empresa privada." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, João Silva, Geraledes Simões, Soraia Morais, Miguel Mesquita, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Vitor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

A bancada do PS apresentou declaração de voto. (Doc. 2 anexo a esta acta) -----

PONTO SEIS

Tomada de conhecimento dos mapas de acompanhamento do PAEL, conforme estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto; --

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "No âmbito desta tomada de conhecimento eu analisei os mapas, e não só os próprios mapas, como a informação que vem anexa aos mesmos. Faz referência à situação de evolução do PAEL, nomeadamente, ao facto de, desde há um ano e meio para cá, se ter conseguido poupar, ou pelo menos não vir a executar, uma parte daquilo que seria o PAEL na sua totalidade. Ou seja, ele era constituído por duas vertentes: uma delas o empréstimo concedido pelo Estado e a segunda que era o reequilíbrio financeiro que iria ser obtido através de instituições bancárias. Verificasse que, por via de pagamentos efectuados pela Câmara Municipal em recursos próprios, deixou-se de necessitar e renunciou-se àquilo que era o reequilíbrio financeiro - cerca de dez milhões de euros. É nesse sentido que eu acho que se deveria tomar em atenção



que o esforço feito pela Câmara Municipal também deveria ter alguma consequência no que diz respeito aos munícipes. A redução desta segunda vertente, do reequilíbrio financeiro, permite a possibilidade de renegociar o PAEL, nomeadamente, na vertente que impõe aos municípios a regra das taxas mais elevadas relativamente às derramas, às licenças e aos impostos locais. Sabendo que é uma tomada de posição, e que não há propriamente uma deliberação, deixo uma proposta no sentido de recomendar à Câmara Municipal que, tendo em consideração a redução destes valores, pudesse iniciar diligências no sentido de renegociar o PAEL nos mais variados aspectos e, em particular, no que concerne à diminuição da carga fiscal. Porque esta situação da redução das taxas e licenças pode permitir uma solução para as questões que se falaram aqui por parte do público. Neste momento estamos impossibilitados porque a Lei assim o diz e o contrato assinado para a concessão deste empréstimo implica que não se possa mexer nas taxas nem nas derramas, nem em qualquer tipo de imposto local. Havendo uma negociação, poderá haver a flexibilização desta situação, tendo em consideração que o município tem já essa capacidade financeira. Poderíamos, todos nós, beneficiar com isso. (Doc. 3, anexo a esta acta) -----

Cândido Reigado: "Verifica-se que, realmente, há um esforço por parte da Câmara Municipal para reduzir o empréstimo mas é pena que nos anos anteriores tivesse sido tudo tão exagerado, que levou a câmara a ter de recorrer ao PAEL. Face ao que está exposto, acho que era de renegociar a dívida do PAEL para passar ao programa seguinte que é o programa dois. Aí já podiam aliviar os munícipes das taxas máximas que estão aplicadas porque as populações já estão demasiado sacrificadas por aquilo que já é imposto por este Governo: redução dos salários, das reformas. Com o Orçamento de Estado vão continuar a sofrer reduções, há pessoas que já não têm para comer, no caso dos reformados, alguns da miséria de reforma que recebem mal dá para comprarem medicamentos. Nesse sentido, era de se renegociar para passar ao programa seguinte para aliviar um pouco as populações." -----

Presidente da Câmara: "Posso fazer uma carta para o Ministro das Finanças mas eu estava a pensar em fazer quando já tivéssemos mais algum avanço em termos financeiros. Neste momento, não me sinto capaz, estando devedor e ainda à espera de mais uma tranche do PAEL. Nós só nos podemos impor quando, de facto, tivermos demonstrado a nossa solvabilidade com dados concretos e acho que estamos no bom caminho. Não ouvi palavras de saudação a esse bom caminho, à poupança que se fez de



mais de quatro milhões de euros só em juros. Até gostaria de ouvir a rapaziada da esquerda sobre estas matérias porque isto são actos políticos importantes. Era bonito ouvir que o município está, neste momento, especialmente vocacionado para as questões de carácter social. Era bonito que a esquerda olhasse para o que nós fazemos. A população quer de nós é amanhã beneficiar destes quatro milhões poupados só em juros e quer que amanhã tenhamos dinheiro para começarmos a fazer as obras que o município precisa e que possamos apoiar as famílias mais carenciadas. E também vamos ter de ter algum dinheiro para podermos fazer face, porque os montantes que vêm da Europa não são a cem por cento. Ainda ontem tivemos em reunião com o Secretário de Estado e todos os municípios do Algarve tentámos convencê-lo a subir os rácios daquilo que possa vir. É verdade que estamos com problemas graves de emprego - temos de tomar medidas. Temos reformados a viver com pensões muito fracas mas também temos a nossa acção social que trata dessas coisas, e temos alguns mecanismos para auxiliar essas pessoas. E tudo isto é um quadro que tem de ter algum nexo lógico para que faça sentido. E é nesse sentido que eu digo que acolho o que disseram mas, à partida, não é isso que vai acontecer. Irá acontecer sim, daqui a mais um ano, e aí, quando já tivermos as coisas mais reforçadas, e já tivermos o dinheiro todo do nosso lado, para pagarmos aqueles a quem devemos. Que venha primeiro o resto do dinheiro do PAEL, para pagar as dívidas, aí sim, vamos avançar com isso. Sensibilizaria a assembleia no sentido de aguardarmos só até vir o resto do dinheiro do PAEL." -----

José Pimenta: "Todos sabemos que houve esforço por parte da câmara para fazer os pagamentos aos fornecedores a médio e longo prazo. Mas isto teve um princípio para chegarmos a esta situação. E o princípio foi em dois mil e seis, sete e oito. Os gastos excessivos que foram feitos numa gestão desastrosa. E o senhor presidente era o Presidente da Assembleia Municipal e estão aqui vários membros que pertenciam, nessa altura, à Assembleia Municipal. Nessa altura, penso que deveria ter havido, da parte também do senhor Presidente da Assembleia não um puxão de orelhas ao presidente na altura, mas uma chamada de atenção que os gastos que estavam a ser efectuados mais tarde iríamos ter este problema. Há uma meia culpa do senhor presidente de deixar passar tudo e mais alguma coisa. Sabe muito bem que houve alturas de três ou quatro dias de festas e isso custou muito dinheiro. Trezentos mil euros para ornamentos de Natal é muito dinheiro, passeios com os nossos mais idosos



também custavam muito dinheiro. Não quer dizer que não tivessem dinheiro mas agora, coitados, não têm direitos nenhuns. Vamos tentar resolver o mais depressa possível esta situação, não vamos deixar depois para dois mil e dezassete, para a altura das eleições." -----

Presidente da Assembleia: "O Presidente da Assembleia agora sou eu e não quero que o senhor Pimenta, daqui a uns anos, venha dizer que tenho meia culpa. Uma das coisas fundamentais que nós temos que respeitar é a separação de poderes. Nós somos um órgão deliberativo, não somos executivo e, portanto, a execução do orçamento, a execução da despesa propriamente dita, cabe ao executivo. Não defendendo o ex-Presidente da Assembleia, hoje Presidente de Câmara. Se a Assembleia tem o poder de fiscalização, não tem o poder de controlar, impedindo a câmara de fazer uma despesa. Se a câmara o quer fazer, nós, o máximo que podemos fazer, é chumbar o orçamento e as Grandes Opções do Plano. A Câmara tem essa liberdade. Vem o Tribunal de Contas e inspecciona e faz as suas fiscalizações. Se houver alguma inconformidade nessa questão, aí sim, vem à Assembleia. A despesa é uma opção política do executivo que a toma e, qualquer que seja o Presidente da Assembleia ou qualquer Membro da Assembleia, pode-se sim fazer propostas no sentido que, em vez de haver quatro dias de festa, possa haver três ou nenhum. Mas isso é uma responsabilidade política dos Membros da Assembleia, não é o Presidente da Assembleia que controla a carteira do Município, pode, sim, pedir esclarecimentos se a Assembleia assim o entender. A Assembleia não tem o poder de entrar pelas contas do município e impedir o senhor Presidente de passar o cheque. Estamos num estado de direito e há separação de poderes, que nós respeitamos e honramos. Estamos perto do vinte e cinco de Abril e isso é um dos principais motivos para que haja democracia: que haja respeito uns pelos outros, ainda que tenhamos opções diferentes e isso é de salutar a discussão e este debate." -----

Presidente da Câmara: "É fácil falar da gestão desastrosa. Eu não creio que seja bem assim. Reparem que a partir de dois mil e oito houve uma quebra de receitas. E as pessoas habituam-se a viver de acordo com as possibilidades. Não é à toa que, ainda hoje, ouvimos aqui comerciantes a dizer que têm dificuldades em pagar as rendas porque têm os encargos assumidos e de repente a receita baixa. A facilidade com que se diz que foi uma gestão desastrosa - eu acho isso tão injusto. Então todos os portugueses que estão hoje a viver em crise fizeram uma gestão desastrosa. Se



formos justos e formos ver a quebra de receitas que houve só no IMT, que representava o volume de negócios em Albufeira na área imobiliária, e se somarmos a quebra de receitas que houve na parte do licenciamento de obras, basta somarmos isso. Eu percebo, compreendo e respeito que se diga isso mas nós devemos aceitar também que vivemos todos em crise. Isso é geral. Aconteceu ao Governo, também, aconteceu em Espanha, na Europa. Então o município de Albufeira é que tem uma gestão desastrosa? Eu acho que devemos ser um bocado ponderados a dizer as coisas. Gestão desastrosa é uma acusação fortíssima e injustificada. Albufeira é um destino de férias, é um destino que tem de ser alegre porque se tivermos aqui um ar de funeral não atraímos ninguém. Para além daquilo que é a atracção natural que nós temos, e é de excelência, tudo o resto nós temos de complementar porque hoje o mundo é altamente competitivo. E se agora temos de restringir as despesas, e devemos fazê-lo porque há coisas mais importantes do que os foguetes e as festas, mas a verdade é que os foguetes e as festas também são importantes, especialmente na indústria do turismo. Porque o turista vem para aqui e quer sair daqui bem-disposto e nós aqui vendemos sonhos e ilusões, com a nossa economia algarvia, com este calor que nós temos.”-----

Domingos Coelho: “Permita-me discordar da comparação do município com os comerciantes da baixa. Não faz sentido porque os comerciantes não têm um PAEL e os bancos e a câmara teve essas duas oportunidades. A autarquia, quando viu que as receitas estavam a baixar, viu que a despesa começou a aumentar e, mesmo assim, continuou a endividar-se. Aí é que está o problema. A partir de dois mil e oito o executivo conduziu-nos a esta situação e isso é um facto, e contra factos não há argumentos. O mesmo discurso que o PSD faz ao PS a nível nacional também deve estar preparado para ouvi-lo a nível local.” -----

José Pimenta: “Senhor Presidente, se por acaso falar com um empreiteiro, a partir de dois mil e dois começou crise. Mas a partir de dois mil e cinco, dois mil e seis, a gestão camarária sabia que ia ter menos valores em IMT. Com a crise que existia era natural, ou seja, aquilo que neste momento estão a fazer deveria ter sido feito nessa altura. Então quer dizer que estes anos vamos estar todos tristes aqui em Albufeira porque não há dinheiro para mais nada?”-----

Francisco Guerreiro: “Eu sou um bocado adverso às críticas deste tipo. Sei que estamos mal. Sinto isso hoje porque já me levaram seiscentos euros da minha reforma. Eu posso falar à vontade porque, até ao dia de hoje ainda não vim a uma festa. Como eu



sou contra não venho, mas acho que é necessário, faz falta para Albufeira no verão. Esta câmara é PSD, então e as câmaras do PS? A câmara de Portimão está altamente falida, e outras mais, e eu pergunto porquê? Foi por má gestão? Aconteceu precisamente o mesmo que aconteceu na câmara de Albufeira, as receitas baixaram e as câmaras faliram." -----

Presidente da Câmara: "Albufeira não está falida, Albufeira tem todo o crédito. Até os bancos há uns dias vieram perguntar se não precisávamos de dinheiro."-----

Francisco Oliveira: "No âmbito da informação que o presidente deu, e da referência que fez, na verdade o único poder que temos aqui é a aprovação dos orçamentos. E eles foram sempre aprovados, sabendo nós a crise que já estava por aí. Quanto à proposta, por aquilo que foi dito pelo presidente, que assumiu, e se prontificou a escrever uma carta, e depois dar conhecimento aos vereadores numa reunião do executivo, não há necessidade de estarmos a votar uma coisa que o presidente entendeu como poder fazer." -----

Presidente da Assembleia: "Consideraremos, então, que este pedido de agendamento fica suspenso e, quando entender, fará, então, a remessa da intenção e será devidamente agendado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia deu por encerrado o ponto sexto. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 19 de Março de 2014 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Ao
Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
Dr. Paulo Freitas

CC
Presidente da Câmara Municipal de Albufeira – Dr. Carlos S. Sousa
Forças políticas, membros da Assembleia Municipal de Albufeira – PSD, PS, VIVA, CDU e CDS

Exmo. Senhor Presidente,

Cumpro à Federação Regional das Associações de Pais do Algarve, por designio das AP do Concelho de Albufeira, fazer chegar a todos os senhores deputados da Assembleia Municipal deste Concelho o conjunto de questões abaixo mencionadas.

O município de Albufeira tem como fórum de discussão o Conselho Municipal de Educação. Indagamos por isso os senhores deputados da AM de Albufeira sobre o que de facto se está a passar com este Conselho Municipal.

Um Conselho Municipal quer-se ativo e um centro de debate de ideias, onde estão representadas variadíssimos agentes da comunidade educativa e onde, em grupo, deverão ser debatidas ideias e construídas soluções.

É uma aposta numa filosofia de trabalho em rede, que assenta na necessidade de envolver todos os status multiculturais, os multirecursos e multiconhecimentos da comunidade em que está inserida.

A educação não pode, nem deve estar centralizada.

Porque se trata de assunto de interesse municipal, porque a situação social/atual assim o exige e para que as instituições não se tornem virtuais, vimos junto e através de V. Ex.^ª reiterar o cumprimento do regulamento do CM de Educação.

Assim, porque consideramos o assunto de extrema relevância, solicitamos resposta escrita às seguintes questões:

1. Há quanto tempo não se realizam reuniões do Conselho Municipal de Educação?
2. Quando é que se realizou a última reunião do Conselho Municipal de Educação?
3. Quando se realizará a próxima reunião do Conselho Municipal de Educação?

Os nossos respeitosos cumprimentos,

A FRAPAL
Pelas Associações de Pais e EE das Escolas e Agrupamentos de Escolas de Albufeira


Fátima Custódio

Albufeira, 19 de Março de 2014



DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do PS na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma declaração de voto referente ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Sessão Extraordinária de 19 de Março de 2014, o que faz nos termos seguintes:

1. A proposta de deliberação visa a abertura de um concurso público para a contratação de serviços externos para a limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos urbanos e serviços auxiliares no Concelho de Albufeira.
2. No âmbito desta proposta, foi apresentado um estudo comparativo de custo/benefício, entre a possibilidade de execução dos Serviços pela Câmara Municipal, ou por empresa externa.
3. Do referido estudo ressaltam alguns pontos, nomeadamente a eventual poupança na adjudicação de uma empresa externa, bem como a maior dificuldade na contratação de funcionários para a prossecução dessas tarefas pelo Município.
4. No entanto, entendemos que o referido estudo não tem a profundidade que merecia, nomeadamente quanto à optimização dos recursos já existentes no quadro do Município, bem como daqueles que se pretendiam contratar, sejam no âmbito do quadro de pessoal ou do equipamento.
5. O Partido Socialista defendeu, e defende, que a execução destas tarefas, deveria passar por uma solução interna, devendo tais serviços serem prestados pelo Município.
6. Esta não foi a opção política da maioria do executivo, pelo que só nos resta acatar tal decisão, apesar de entendermos, que a forma de prestar tais serviços, não será, a que melhor serviria os interesses dos munícipes, e do Município.
7. Aliás, no decurso do anterior contrato, foram inúmeras as questões relacionadas com o seu pontual cumprimento, nomeadamente os valores excessivos pretendidos pela entidade adjudicatária, no que concerne à revisão de preços, aos trabalhos a mais eventualmente efectuados, decorrentes de uma deficiente fiscalização dos serviços prestados.



8. Entendemos, pois, que é necessário um reforço da fiscalização dos serviços a prestar, por forma a garantir a excelência dos mesmos, com o menor custo para os cofres do Município.
9. Face ao exposto, e reforçando a posição de que seria preferível uma solução interna, não pretendemos de forma alguma inviabilizar a decisão tomada pela maioria, pelo que no que concerne estritamente ao concurso, iremos votar favoravelmente por forma a conceder os meios necessários a uma boa execução dos serviços de limpeza e recolha de resíduos urbanos, permitindo assim, com a devida supervisão, melhorar a qualidade da limpeza urbana de Albufeira.

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista
19/03/2014

Handwritten signatures of the members of the Municipal Assembly of the Socialist Party, including names like "José Pereira" and "Vitorino".